

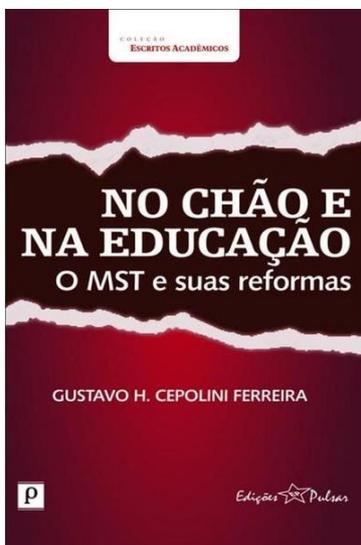
## RESENHA

## NO CHÃO E NA EDUCAÇÃO: o MST e suas reformas

Rosilene Gonçalves da Silva<sup>1</sup>

## Referência:

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. **No chão e na Educação: O MST e suas reformas.** Jundiá -SP: Paco Editorial, 2011. 96 p.



Para a efetiva compreensão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é preciso tecer uma leitura ampla sobre a luta histórica travada pelos camponeses no Brasil. Trata-se de uma luta incessante por justiça social, territorial e educacional como ressaltou o geógrafo Gustavo Henrique Cepolini Ferreira na presente obra.

Tais discussões são precedidas do prefácio da geógrafa e professora da Universidade de São Paulo Larissa Mies Bombardi, que indica que a concepção de educação é rompida ao conhecermos os sentidos que o MST impõe na busca das transformações sociais em curso. Dito isso, salienta-se que a obra estrutura-se em uma apresentação seguida de três capítulos, considerações finais e referências bibliográficas e sonoras.

Nesse sentido, os capítulos – O contexto da luta pela terra no Brasil, O setor de Educação do MST e A derrubada das cercas e o Ensino de Geografia, o autor apresenta um breve panorama sobre os massacres, conflitos e históricos que estão na base do MST. Salienta também que apesar das contradições envolvendo a atuação do MST, o mesmo tem uma contribuição significativa na conjuntura brasileira, e contém um debate engajado para além da terra, ou seja, buscam os direitos pela cidadania, educação, saúde, etc.

<sup>1</sup> Graduada em Geografia - Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Foi bolsista de Iniciação Científica – FAPEMIG e no PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Atualmente é Professora da Educação Básica em Minas Gerais (SEE-MG). email: rosileneg14@gmail.com

Como exemplo fundante apresenta o histórico da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), bem como sua perspectiva educacional nas derrubadas das cercas. Trata-se de uma leitura envolvendo a questão agrária, movimentos sociais e educação do campo.

No capítulo 1, o autor destaca alguns pontos marcantes na história agrária brasileira, ressaltando que os conflitos não se iniciaram agora. Como exemplo tece um resgate sobre Canudos, Contestados, Trombas e Formoso, Ligas Camponesas entre outros conflitos por terra e território no país. Em relação ao Nordeste, destaca a atuação do cangaço e a luta dos camponeses expropriados ao se vingarem dos fazendeiros ou comerciantes. Destaca em um dos mapas justamente a atuação do cangaço, de Canudos e de Padre Cícero. Trata-se de uma luta pela terra ancorada num processo de conscientização, portanto educativo.

Em relação às Ligas Camponesas que movimentaram o campo brasileiro em busca de novas formas de organização frente ao foro e à recusa ao assalariamento e a consequente expropriação da terra. Indica também que a ULTAB – União dos Lavradores de Trabalhadores Agrícolas criada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve como objetivo organizar as ações camponesas para estabelecer uma aliança políticas entre operários e trabalhadores rurais.

Na sequência indica que o MASTER – Movimento dos Agricultores Sem-Terra iniciou em 1962 sua organização através dos acampamentos como um instrumento de luta pela terra. Nesse contexto, aponta o papel da Igreja e demais movimento com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que ajudou a mobilizar e defender os camponeses, e mais tarde auxiliou o próprio MST na região Sul através dos trabalhadores sem-terra.

Assim, a luta do MST historicamente vem fortalecendo a derrubada as cercas do latifúndio, da escola e do capital. Nesse sentido, o autor menciona geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira ao analisar o agronegócio e o campo, sobretudo, em relação à produção. “[...] uma vez que as grandes propriedades não são as mais produtivas [...].” (FERREIRA, 2011, p. 43).

Assim, o MST luta contra a injustiça distribuição da terra, sua luta vai além da mesma. Dessa forma, são abordadas suas intervenções no campo em busca das transformações sociais, territoriais e educacionais.

No capítulo 2, o autor discute a formação do Setor de Educação do MST. Saliencia que sua atuação iniciou-se em 1986 no Rio Grande do Sul, cuja equipe tentava organizar e

promover a conquista de uma escola para as crianças acampadas na Fazenda Annoni. Todavia, os diálogos foram ainda maiores, pois, nascia ali a preocupação do Movimento com as ações pedagógicas e com os princípios filosóficos do Setor de Educação do MST, os quais se materializaram na ação do MST.

Atualmente o Movimento possui inúmeras escolas, cursos técnicos e professores atuando nos assentamentos e acampamentos.

Em 1995 o MST já possuía 750 escolas com 35 mil crianças e 1.400 professores. Havia 250 assentados cursando Magistério e TAC (Técnico em Administração de Cooperativas), cerca de 100 frequentando cursos superiores, além de muitos outros matriculados em supletivos dos ensinos fundamentais e médios. (MORISSAWA, 2001 apud FERREIRA, 2011, p.52)

Os dados só aumentaram e o movimento conta atualmente com o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) entre outras instituições para realização de curso de graduação, pós-graduação e extensão para os movimentos sociais. A primeira universidade popular do país foi a Escola Nacional Florestan Fernandes conhecida como ENFF construída em Guararema-SP. Trata-se de um projeto importante do MST e outros movimentos sociais contra as desigualdades históricas.

Assim, a escola conta com vários cursos livres, cursos de graduação com convênio do PRONERA, entre eles o curso de Geografia para os movimentos sociais apresentado pelo autor. Em relação à ENFF destaca-se que a mesma, recebe colaborações e recursos dos convênios PRONERA e de vários professores do Brasil e de outros países.

Nesse sentido, o autor continua sua obra analisando o conceito de Educação do Campo como um assunto muito debatido entre os movimentos e como estratégia primordial para a educação básica do campo.

A educação do campo está sempre interligada à questão agrária buscando sempre contextualizar o território inserido. Nota-se que a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) propõem uma adequação da escola à vida do campo. No entanto, se não houver pressão essas leis ficam em vão. A partir dessa premissa, a obra do professor Gustavo Cepolini Ferreira relata o que os movimentos lutam e fazem valer seus direitos expondo o que eles querem e o que eles não querem em relação à Educação do Campo.

Por isso, reafirma: “O MST é o grande educador sem-terra. E o MST educa os sem-terra inserindo-os no movimento da história. É este movimento que vem fazendo do trabalhador sem (a) terra um lutador do povo” (MST, 2005 apud, FERREIRA, 2011, p.63).

A partir dessas análises, indica que a Pedagogia da Alternância (PA) visa uma educação libertadora, pois, há um diálogo na construção da aprendizagem, estando nitidamente conectada ao Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC). Trata-se da teoria caminhando lado a lado com a prática, pois, não há uma separação de lugar como escola e comunidade.

O método da Pedagogia de Alternância revela que os educandos passam um período em casa e o outro na escola, cujo histórico remente aos agricultores e padres na França que perceberam a insatisfação dos adolescentes.

No Brasil iniciou-se no Espírito Santo em 1968, sobretudo, com as EFAS – Escolas Famílias Agrícolas, as quais estão envolvidas com o TE e TC.

No TE não existe distanciamento entre educador e educandos, o debate é travado constantemente;  
No TC ocorrem inúmeras reflexões, embora a ação esteja no foco, evidenciando a ideia de que as pessoas movimentam as ideias movimentam as pessoas, possibilitando a compreensão do espaço e do território como materialização da ação humana (FERREIRA, 2011. p, 67).

Ao utilizar dessas estratégias metodológicas teoria-prática constrói uma autonomia na construção dos saberes.

Por fim, no capítulo 3 o autor indica a reforma agrária também na Educação. Para tal, faz uma crítica em relação aos modelos impostos que não cumprem o que deveria cumprir, assim, reafirma a necessidade da “derrubadas das cercas no Ensino de Geografia”.

Nos mapas, tabelas e quadros indica alguns dados sobre as escolas do campo, bem como o desafio dos movimentos sociais na sua conquista. Indica na sequência que a formação de educadores no MST iniciou em 1990 e, atualmente são vários cursos inclusive de Geografia para os movimentos sociais ao todo são 7 movimentos envolvidos nessa experiência envolvendo a UNESP e o PRONERA.

Como o autor acompanhou parte da experiência na ENFF, o mesmo apresenta algumas entrevistas e dados desses educadores e educandos advindos de diferentes movimentos

sociais. Assim, salienta parte da trajetória do Curso de Geografia para os Movimentos Sociais e os desafios dessa formação pedagógica engajada na construção de “um outro mundo possível”.

Por isso, esses relatos advindos da luta e da construção da ENFF indicam a indissociabilidade entre teoria e prática apreendida pelo MST e demais movimentos sociais que seguem resistindo no Brasil. Por isso, a proposta de uma Pedagogia da Alternância segue vigente no debate e construção da Educação do Campo e da Reforma Agrária. Assim, segue a luta por uma campesina, ou seja, a cidadania camponesa.

---

*Recebido em 04 de março de 2019.*

*Aceito em 19 de março de 2019.*